



## JUSTIÇA ELEITORAL

32ª ZONA ELEITORAL E VARA CRIMINAL ELEITORAL DE BELO HORIZONTE/MG

**AÇÃO PENAL ELEITORAL Nº 000021-78.2018.6.13.0032 (Numeração de origem: Ação Penal nº 901/DF - STJ)**

**AUTOR: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**REU: FERNANDO DAMATA PIMENTEL, BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO, VICTOR NICOLATO**

**Advogados do REU: LIVIA VILELA BERNARDES - MG180972, NADIA WANDERLEY CARVALHO - MG194470, VICENTE REZENDE SALGUEIRO JUNIOR - MG111585, ROMULO DE CARVALHO FERRAZ - MG191548, NEDENS ULISSES FREIRE VIEIRA - MG203972, DANIELLE PERSIANO DE CASTRO QUEIROZ - DF2649700, REBECA DE HOLANDA BRAGA ROCHA FREIRE - MA10219, EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA - MG51635**

**Advogados do REU: GABRIELA FRAGALI PEREIRA - SP313640, ANNA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUSA - DF38965**

**Advogados do REU: YURI REZENDE DE MACEDO - DF57868, FERNANDA PINHEIRO PIO DE SANTANA - DF24707, EDUARDO XAVIER LEMOS - DF53049, LARYSSA BRITO MOREIRA - DF43787, RAFAEL FERRACINA - DF35893, FABIO FERREIRA AZEVEDO - DF30568, DANIELA RESENDE MOURA DE BESSA - DF15377, MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA - DF12330**

## S E N T E N Ç A

Vistos etc.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, funcionando nesta 32ª Zona Eleitoral e representando o povo da União, ratificou denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (ID. 1802092 - Pág. 20; 1802096; 1802252 - Pág. 1-7) em face de FERNANDO DAMATA PIMENTEL, por infração ao artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral; de BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO, por infração ao artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral c/c artigo 29, do Código Penal, por cinco vezes, na forma do artigo 71, *caput*, do Código Penal; de VICTOR NICOLATO, por infração ao art. 350, *caput*, do Código Eleitoral c/c artigo 29, do Código Penal, por duas vezes, e no artigo 299, *caput*, c/c artigo 29, ambos do Código Penal, por uma vez, na forma do artigo 71, *caput*, do Código Penal; de HENRIQUE BRADLEY TERTULIANO DOS SANTOS, por infração ao artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral; de JOSE MANUEL SIMÕES GONÇALVES, por infração ao artigo 350, *caput*, do

Código Eleitoral; de ELON GOMES DE ALMEIDA, por infração ao artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral c/c artigo 29, do Código Penal, por cinco vezes, na forma do artigo 71, *caput*, do Código Penal; e de PETERSON DE JESUS FERREIRA, por infração ao artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral, por uma vez, e no artigo 299, *caput*, do Código Penal, por uma vez, na forma do artigo 71, *caput*, do Código Penal.

Estes autos tramitavam perante o Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Herman Benjamin, em razão da prerrogativa de foro do Réu FERNANDO PIMENTEL, ocupante do cargo de Governador à época das investigações.

Contudo, após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público Federal, o Relator, em decisão de ID 1856049 - Pág. 1-8, prolatada em 28/06/2018, declinou da competência para processamento e julgamento do feito para o primeiro grau da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, fundamentando-se, para tanto, no Agravo Regimental incidente na Ação Penal n. 866/DF e no entendimento do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da questão de ordem na Apelação Penal n. 937, que restringiu a prerrogativa de foro de Governadores de Estado aos casos de crimes cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo.

Recebidos os autos em primeira instância e remetidos ao MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL para ratificação da denúncia apresentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, aquele órgão ministerial apresentou a peça acusatória nos IDs 1859597 - Pág. 5-11 e 1859720 - Pág. 1-8).

Narrou a denúncia que BENEDITO RODRIGUES, sob os desígnios de FERNANDO PIMENTEL, teria organizado uma estrutura paralela de arrecadação de fundos e custeio de despesas, mediante o recolhimento de dinheiro em espécie e transações bancárias dissimuladas, provenientes tanto de "*doadores ocultos*", quanto de "*pagadores de vantagens indevidas*", pelo fato de FERNANDO PIMENTEL ter ocupado o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no Governo Federal.

Segundo a peça acusatória, para operacionalização das ações, BENEDITO RODRIGUES e FERNANDO PIMENTEL contaram também com a atuação voluntária e consciente de VICTOR NICOLATO, responsável por intermediar alguns contatos com fornecedores da campanha, para que o pagamento das despesas fosse realizado mediante falsidade ideológica de notas fiscais e omitido da prestação de contas eleitoral.

Nesse contexto, a denúncia narra os fatos que configurariam crimes de falsidade ideológica eleitoral, imputando-os aos respectivos agentes, a seguir detalhados.

De acordo com a peça acusatória, durante a campanha eleitoral de 2014 ao governo de Minas Gerais, FERNANDO PIMENTEL teria contado com os trabalhos da Vox Opinião Pesquisa e Projetos Ltda. na realização de pesquisas junto ao eleitorado, embora parte da remuneração ajustada tivesse sido quitada com recursos à margem da contabilidade oficial de campanha.

Ainda nos termos da peça acusatória, em meados de outubro de 2014, BENEDITO RODRIGUES, atendendo aos desígnios de FERNANDO PIMENTEL, teria ajustado com o empresário José Auriemo Neto, responsável pela Empresa de Serviços e Participações Ltda., do grupo JHSF, os valores de contribuição à campanha, que seriam utilizados para a quitação de despesas com serviços prestados pela Vox Opinião. Conforme imputação deduzida na Ação Penal n. 865/STJ, tais valores seriam oriundos de vantagem indevida ajustada entre FERNANDO PIMENTEL, enquanto Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e José Auriemo Neto, a pretexto da influência do então Ministro na aprovação de projeto de interesse do empresário, qual seja, pedido de outorga para construção e exploração de aeroporto da Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo a denúncia, para omitir tais receitas e despesas na prestação de contas, e a fim de concretizar a doação, a Vox Opinião teria emitido as notas fiscais n. 2014/179, 2014/202 e 2014/212, nos valores respectivos de R\$351.250,00, R\$302.500,00 e R\$351.250,00, nas quais fez constar falso ideológico nos campos "tomador de serviços", em que constaram os dados da Empresa de Serviços e Participações Ltda., e "discriminação dos serviços", indicando indevidamente a realização de pesquisa

junto à população sobre estacionamentos em shoppings centers, quando, em verdade, os trabalhos foram de pesquisa eleitoral prestados à campanha de FERNANDO PIMENTEL ao cargo de Governador de Minas Gerais.

Deste modo, nos dias 2/10/2014, 6/11/2014 e 2/12/2014, José Auriemo Neto teria determinado o pagamento das notas fiscais n° 2014/179, 2014/202 e 2014/212, emitidas pela Vox Opinião Pesquisa e Projetos Ltda - Vox Populi, totalizando o valor de R\$1.005.000,00, para atender a despesas de campanha de FERNANDO PIMENTEL.

Assim, nos termos da denúncia, FERNANDO PIMENTEL, de forma livre e consciente teria omitido na prestação de contas da sua campanha a receita de R\$ 1.005.000,00, provenientes da Empresa de Serviços e Participações Ltda., do grupo JHSF, bem como a despesa, de mesmo valor, pelos serviços prestados pela Vox Opinião Pesquisa e Projetos Ltda. Da mesma forma, BENEDITO RODRIGUES, de forma livre e consciente, e em unidade de desígnios, teria prestado auxílio na interlocução com o "doador oculto" e na própria omissão destas receitas e despesas na prestação de contas de campanha.

Em relação às notas fiscais emitidas contra empresas controladas por ELON GOMES DE ALMEIDA, narrou a denúncia que BENEDITO RODRIGUES, atendendo aos desígnios de FERNANDO PIMENTEL, encontrou-se com ELON GOMES e acertou o aporte de R\$ 2.600.000,00 como doação à campanha de FERNANDO PIMENTEL.

A quantia seria repassada mediante valores em espécie e quitação de notas fiscais emitidas contra suas empresas - SUPPORT e GAPE - por serviços prestados, de maneira oculta, à campanha eleitoral ao governo de Minas Gerais.

Assim, em setembro de 2014, em Belo Horizonte/MG e Brasília/DF, VICTOR NICOLATO, em unidade de desígnios com BENEDITO RODRIGUES, teria instigado Henrique Bradley, sócio da empresa MPV7 Comércio e Serviços Ltda., a inserir declarações falsas na nota fiscal n. 00011607, no valor de R\$ 137.900,00, na qual constava como tomadora de serviços a pessoa jurídica GAPE Administradora e

Corretora de Seguros Ltda., cujo sócio era ELON GOMES, e a descrição de serviços como "*impressos para a ação na área da saúde*", visando, conforme a denúncia, alterar os fatos de que o real tomador dos serviços era o comitê de FERNANDO PIMENTEL e de que os serviços efetivamente prestados tinham sido de impressão de adesivos para a sua campanha ao governo de Minas Gerais.

Da mesma maneira, noticiou a peça de acusação que JOSÉ MANUEL SIMOES GONÇALVES, proprietário e sócio da empresa FITAEX Etiquetas e Embalagens Ltda, teria feito constar da Nota Fiscal n. 2014.00011607, no valor de R\$ 162.100,00, como tomadora de serviços, a pessoa jurídica GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda. cujo sócio era ELON GOMES e a descrição de serviços como "*adesivos diversos para campanha promocional de saúde*", visando, segundo a denúncia, alterar os fatos de que o real tomador dos serviços era o comitê de FERNANDO PIMENTEL e de que os serviços efetivamente prestados tinham sido de impressão de adesivos para sua campanha ao governo estadual.

Conduta semelhante é atribuída a PETERSON DE JESUS FERREIRA que, instigado por VICTOR NICOLATO, teria emitido a nota fiscal n. 646, da Editora Gráfica Cristiane Ltda. no valor de R\$ 1.150.000,00 contra a GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda., fazendo dela constar informações falsas, com o objetivo de, segundo a denúncia, propiciar o recebimento dos valores ajustados com ELON GOMES mediante a simulação de produção de material gráfico. Informa ainda a denúncia que o valor de R\$1.150.000,00 teria sido posteriormente sacado e entregue a BENEDITO RODRIGUES para o pagamento, em espécie, de despesas de interesse da campanha de FERNANDO PIMENTEL.

De maneira análoga, ainda nos termos da denúncia, BENEDITO RODRIGUES teria feito inserir nas notas fiscais n. 004 e 007, da empresa BRIDGE Participações S/A, e na nota fiscal n. 017, da BRO Consultoria Empresarial Ltda., empresas sob seu controle, a prestação de serviços de consultoria e acompanhamento de projetos à empresa SUPPORT Consultoria Ltda. de ELON GOMES para simular a prestação de serviços e viabilizar o recebimento das quantias de R\$350.000, R\$100.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente. Tais valores, segundo a denúncia, seriam utilizados para quitação de despesas de campanha de FERNANDO PIMENTEL, não declaradas na prestação de contas.

Assim, de acordo com a peça acusatória, ELON GOMES, de forma livre e consciente, e em unidade de desígnios com BENEDITO RODRIGUES, no interesse de FERNANDO PIMENTEL, teria concorrido para o falso ideológico das notas fiscais emitidas, bem assim da prestação de contas eleitoral, na medida em que forneceu os dados de suas empresas (GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e SUPPORT consultoria Ltda.) para que os documentos fiscais fossem emitidos e ao efetuar a quitação dos valores delas constantes, no total de R\$ 2.200.000,00.

Por sua vez, FERNANDO PIMENTEL, de forma livre e consciente teria omitido, na prestação de contas da sua campanha, as receitas de R\$ 137.900,00, R\$ 162.100,00 e R\$ 1.150.000,00 provenientes da GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda., e R\$ 750.000,00 advindas da empresa SUPPORT Consultoria Ltda, bem como as despesas de mesmos valores.

Da mesma forma, BENEDITO RODRIGUES teria concorrido para a falsidade das notas fiscais, na medida em que ajustou diretamente com o "*pagador oculto*" a quitação dissimulada de despesas eleitorais e, por pessoa interposta, instigado o prestador de serviços da campanha a emitir as notas fiscais em nome de terceiros. Ademais, teria concorrido, também de forma livre e consciente, para a inserção de dados falsos em nota fiscal ao solicitar que VICTOR NICOLATO instigasse PETERSON DE JESUS a emitir o documento ideologicamente falso, possibilitando o saque de parte da quantia e ao ajustar com ELON GOMES o fornecimento dos dados da empresa GAPE para que fossem inseridos nas notas, simulando prestação de serviços inexistente.

A denúncia imputa ainda a PETERSON DE JESUS FERREIRA e VICTOR NICOLATO, aquele instigado por este, a emissão de duas notas fiscais da Editora Gráfica Cristiane Ltda, n. 551, em 23/10/2013, no valor de R\$ 759.900,00, e n. 614, em 02/4/2014 no valor de R\$ 501.600,00 contra a empresa CAO Montadora de Veículos S/A, com o objetivo de simular, conforme imputação deduzida na Ação Penal n. 836/STJ, a prestação de serviços gráficos e possibilitar o recebimento de valores ajustados por FERNANDO PIMENTEL e BENEDITO RODRIGUES como vantagem indevida por atos praticados no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Ainda de acordo com a peça de acusação, esses valores teriam sido posteriormente sacados e entregues a BENEDITO RODRIGUES. Ressalta, porém, que muito embora estivessem conscientes da falsidade dos dados apostos nos documentos particulares, VICTOR NICOLATO e PETERSON DE JESUS FERREIRA não estavam cientes de que as quantias eram provenientes de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Instado a se manifestar (ID 1859331 - Pág. 5), o Ministério Público Eleitoral apresentou petição em IDs 1859597 - Pág. 5-11 e 1859720 - Pág. 1-8, ratificando os termos da denúncia e requerendo o seu recebimento, bem assim o reconhecimento de conexão entre os crimes de falsidade ideológica eleitoral e comum (artigos 350 do Código Eleitoral e 299 do Código Penal, respectivamente) imputados aos réus VICTOR NICOLATO e PETERSON DE JESUS FERREIRA. Na oportunidade, requereu a homologação do acordo de colaboração celebrado entre VICTOR NICOLATO e a Polícia Federal, objeto da MISOC-04.

A DENÚNCIA foi recebida em 15/04/2019 (IDs 1863036 - Pág. 34-45 e 1863151 - Pág. 1-8) pelo Juízo da 32ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte em relação aos Réus FERNANDO DAMATA PIMENTEL, BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO, HENRIQUE BRADLEY TERTULIANO DOS SANTOS, ELON GOMES DE ALMEIDA, PETERSON DE JESUS FERREIRA e VICTOR NICOLATO.

Quanto ao réu JOSÉ MANUEL SIMÕES GONÇALVES, a DENÚNCIA deixou de ser recebida em virtude da prescrição da pretensão punitiva com base na pena em abstrato, tendo sido declarada extinta a punibilidade, com fulcro nos artigos 109, inciso IV e 115 do Código Penal.

Em audiência realizada no dia 09 de maio de 2019 (ID. 1863165 - Pág. 1-2) foi homologada a suspensão condicional do processo em relação ao réu HENRIQUE BRADLEY, pelo prazo de dois anos, tendo este cumprido as condições, sendo posteriormente declarada a extinção da sua punibilidade.

Em seguida, os réus foram devidamente citados para apresentação de respostas à acusação.

FERNANDO PIMENTEL apresentou a resposta à acusação de ID 1863036 - Pág. 18-21, alegando a insuficiência de provas e negando as acusações a ele imputadas.

VICTOR NICOLATO apresentou a resposta à acusação de ID 1863151 - Pág. 28-31, aduzindo já ter prestado informação a respeito dos fatos narrados, de modo que ratificou os depoimentos prestados perante a autoridade policial, bem assim sua intenção em colaborar com a elucidação dos fatos no curso da instrução processual.

Por sua vez, o réu ELON GOMES apresentou a resposta de ID 1863165 - Pág. 8-12, ratificando as manifestações apresentadas anteriormente e reafirmando que confirmará "*todos os elementos de informação de provas apresentados no curso do inquérito policial*", o que, a seu ver, denota uma colaboração voluntária e eficaz a ser sopesada.

BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO apresentou a resposta de ID 1863165 - Pág. 23-24, ratificando os termos da defesa anteriormente apresentada e reforçando o fato de ter firmado colaboração premiada com o Ministério Público Federal, que, segundo ele, trouxe informações relevantes para este processo.

Por seu turno, o réu PETERSON DE JESUS FERREIRA aduziu a resposta de ID. 1863183 - Pág. 39-46, argumentando haver conflito aparente de normas, uma vez que uma única conduta não pode, a seu ver, estar subsumida nos dois tipos penais pelos quais foi denunciado. Assim, pugnou pela aplicação do princípio da especialidade, de modo que seja aplicada unicamente a norma do artigo 350 do Código Eleitoral.

Designada audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas de acusação, foram ouvidos JOSÉ AURIEMO NETO, JOÃO CARLOS MARIZ NOGUEIRA e JOSÉ SERIPIERI FILHO, conforme termos de audiência (ID 1864157 - Pág. 20-24), registrada por meio audiovisual (ID 1864157 - Pág. 25 e 74831935 e seguintes).



Ao final dos depoimentos, o Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL requereu a juntada a estes autos como prova emprestada das oitivas de JOSÉ AURIEMO NETO em outras ações as quais fez referência em seu depoimento, o que foi determinado ao ID 2744013, e realizado ao ID 2861698 e seguintes.

Realizada a juntada da Notícia de Fato PGR nº. 1.00.000.020143/2017-39 ao ID 3134574 e seguintes, a requerimento do MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

Foi firmado acordo de não persecução penal entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL e PETERSON DE JESUS FERREIRA, homologado pelo Juízo em audiência (termo juntado ao ID 13318410 e vídeo com inteiro teor ao ID 13553030 e seguintes).

Comprovante de pagamento da prestação pecuniária acordada juntado aos ID 19288110 e 19365581.

HENRIQUE BRADLEY e PETERSON DE JESUS FERREIRA foram ouvidos como informantes, conforme termos de ID 41752119 e mídia de ID 42022910 e seguintes.

Aos autos foi juntada a MISOC-04, referente ao acordo de colaboração premiada firmado por VICTOR NICOLATO (ID 74836113 e seguintes).

Em audiência, ouvi os réus BENEDITO RODRIGUES, VICTOR NICOLATO, ELON GOMES e FERNANDO PIMENTEL, cujos termos foram juntados ao ID 78854660 e registro audiovisual, ao ID 79568699 e seguintes.

Certidões e folhas de antecedentes criminais dos réus juntadas aos IDs 81737949 e seguintes e ID 86288417.

Foi firmado acordo de não persecução penal entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL e ELON GOMES, homologado pelo Juízo em audiência (termo constante do ID 88598720, com gravação juntada ao ID 88700086 e seguintes).

Comprovantes de pagamento das prestações pecuniárias impostas juntados ao ID 89395739 e seguintes.

Em decisão de ID 89544674 decretei a extinção da punibilidade dos réus ELON GOMES e HENRIQUE BRADLEY. Na mesma decisão, fiz constar, ainda, a necessidade de fiscalizar, em autos próprios, o cumprimento das obrigações impostas ao réu PETERSON DE JESUS FERREIRA.

Ao final, determinei o encerramento da instrução processual e a abertura de prazo sucessivo para a apresentação de alegações finais ao MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, aos réus colaboradores BENEDITO RODRIGUES e VICTOR NICOLATO e ao réu FERNANDO PIMENTEL, nesta ordem.

Alegações finais apresentadas pela Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL em ID 90205640. Argumentou, em síntese, que *"durante a instrução criminal, restou cabalmente demonstrada a autoria e materialidade das condutas criminosas imputadas na denúncia aos réus"* (Pág. 18). Aduziu que o conteúdo dos acordos de colaboração premiada, firmados por BENEDITO RODRIGUES e VICTOR NICOLATO e bem assim o que foi trazido por ELON GOMES de forma colaborativa estão em consonância com o conjunto probatório carreado aos autos, comprovando que as notas fiscais foram emitidas mediante falso ideológico para ocultar doações eleitorais não contabilizadas e realizar a quitação de despesas diversas para a campanha de Fernando Pimentel ao governo do Estado de Minas Gerais em 2014. Teceu considerações acerca da dosimetria da pena a ser imposta e dos acordos de colaboração premiada. Alfim, requereu a condenação dos réus pela prática dos crimes a eles imputados, bem assim ao pagamento, por FERNANDO PIMENTEL, de indenização por danos morais coletivos à União.

VICTOR NICOLATO apresentou as alegações finais em ID 90720943, lembrando ter celebrado acordo de colaboração premiada, homologado por este Juízo. Reafirmou sua postura colaborativa durante a instrução processual e pugnou, alfim, pela concessão dos benefícios oferecidos a ELON GOMES. Ratificou, ainda, os depoimentos prestados perante a autoridade policial e este Juízo.

O réu BENEDITO RODRIGUES apresentou suas alegações finais em ID 90821991, reafirmando a regularidade do acordo de colaboração premiada firmado com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, o que, a seu ver, impede que este seja objeto de nova discussão. Ressaltou a efetividade de sua colaboração e, ao final, pugnou pela não fixação de pena pecuniária, corporal ou qualquer outra, com fundamento nos termos do acordo firmado.

O acusado FERNANDO PIMENTEL apresentou suas alegações finais em ID 91205752, asseverando, em apertada síntese, ser incabível sua condenação em danos morais coletivos, conforme pleiteado pelo *Parquet*. Argumentou acerca da digitalização de documentos já presentes nos autos físicos, que comprovam, a seu sentir, o aumento patrimonial de BENEDITO RODRIGUES, o que corrobora sua tese de que a captação de valores se destinou ao proveito pessoal deste, e não de sua campanha eleitoral. Alegou, ainda, a ausência de comprovação de que os valores arrecadados por BENEDITO foram efetivamente destinados a sua campanha, que não houve gasto eleitoral não contabilizado. Asseverou que havia margem suficiente para a arrecadação de doações eleitorais oficiais. Afirmou, outrossim, a inexistência de prova testemunhal ou documental que subsidie as acusações, mas tão somente o depoimento de colaboradores, que, conforme aduziu, têm interesse em manter os compromissos firmados com a acusação. Em relação aos depoimentos colhidos, apontou que foram divergentes entre si e desmentidos pela instrução processual. Apontou contradições entre as as declarações de testemunhas, refutou outros argumentos apresentados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL e, ao final, pugnou pela juntada de peças que reputou importantes.

Aos autos eletrônicos (ID 91752198 e seguintes) foi juntado o Procedimento Administrativo - PGR n. 1.00.000.006117/2018-89, que consta dos autos físicos às fls. e-STJ 1147-1273, conforme requerido pela defesa de FERNANDO PIMENTEL.

Vieram-me, por derradeiro, os autos conclusos para sentença.

É o relatório.

Passo a decidir.

Ressalto, inicialmente, que reputo despicienda a providência requerida pela defesa para digitalização e anexação das peças constantes do Volume 04 dos autos físicos, pois que as partes e este Juízo acessaram tais documentos por meio físico.

Indefiro, pois, o pedido de digitalização, mormente para evitar maior atraso no julgamento.

Ausentes quaisquer arguições de preliminares pelas defesas, passo ao mérito, esclarecendo ainda que não entrevi nulidade para ser declarada de ofício.

Segundo o Ministério Público, o acusado Fernando Damata Pimentel dolosamente omitiu em sua prestação de contas o valor de R\$ 3.205.000,00 (três milhões, duzentos e cinco mil reais), doados pela Empresa de Serviços e Participações Ltda, pelo Grupo JHSF e pela GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Acrescentou, como já relatei, que referidas doações ocorreram por meio de notas fiscais ideologicamente falsas, ofertadas paralelamente à arrecadação oficial da sua campanha ao governo estadual de Minas Gerais.

Destacou que o ex-governador utilizou como intermediário o colaborador Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, que, a seu turno, solicitava e recebia junto aos dirigentes das pessoas jurídicas doadoras os valores a serem por elas disponibilizados,

tendo eles se comprometido à quitação de notas fiscais emitidas por prestadores de serviços à campanha, como se fossem eles os tomadores do serviço, de modo a ocultar a doação eleitoral.

Tais valores se destinavam a quitação de despesas eleitorais de mesmo valor, que também não foram declaradas à Justiça Eleitoral, segundo o Órgão Ministerial.

Para defender suas conclusões, a acusação se sustentou nas declarações do colaborador Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, que afirmou em seu interrogatório que fazia parte do vulgarmente chamado caixa 2 da campanha de Fernando Pimentel ao governo de Minas Gerais; que a empresa JHSF não tomou nenhum serviço junto a Vox Populi, mas pagou a nota fiscal inidônea relativa a pesquisa eleitoral realizada em benefício da campanha; que esteve na reunião na qual Fernando Pimentel solicitou doações para José Seripieri que, por sua vez, indicou Elon Gomes para realizar tais doações; que Elon realizou os pagamentos de notas como se suas empresas fosse tomadoras de serviços, o que não seria verdade, porque se referiam a despesas de campanha e também de entregas em dinheiro. Afirmou também dito acusado que aproximadamente 50% das despesas da campanha não foram declaradas a Justiça Eleitoral.

Mais; afirmou também que tais declarações são reforçadas pela delação do também colaborador José Auriemo Neto no sentido de que Benedito se apresentava como procurador de Pimentel; que Pimentel foi até a sede da JHSF, mas não pediu contribuição para sua campanha; que posteriormente Pimentel telefonou para tratar de contribuições para sua campanha; que Pimentel esperou por uma doação de R\$ 5.000.000,00, mas tal valor estava acima do que poderia ser doado; que doaram então R\$ 1.250.000,00 ainda na fase de pré-campanha ao governo de Minas Gerais e R\$ 1.450.000,00 para o diretório do PT; que houve intensa pressão do grupo ligado a Pimentel por mais doações; que veio então a ideia do pagamento via Vox Populi, tendo o colaborador feito o pagamento por meio de uma empresa pessoal; que doou também R\$ 150.000,00 em espécie; que a nota fiscal foi emitida como se tivesse feito pesquisa para a empresa do depoente, mas não recebeu nem contratou nenhum serviço com a Vox Populi; que a pesquisa foi para a campanha de Pimentel.

Concluiu-se, assim, que as notas fiscais emitidas pela Vox Populi em desfavor da Empresa de Serviços e Participações Ltda. foram emitidas mediante falso ideológico para quitação das despesas feitas pela campanha do ex-governador.

Acrescentou a acusação, de mais a mais, que Benedito, com o intuito de ocultar a doação não contabilizada, contatou Victor Nicolato e Elon Gomes de Almeida, tendo cada qual revelado em seu interrogatório resumidamente:

*“Que foi convidado por Bendito pra cuidar da parte de materiais gráficos da campanha de Pimentel; que ficou acertado em reunião que 40% seriam declarados a Justiça Eleitoral e o restante pago por meio de caixa 2; que os pagamentos relativos ao caixa 2 eram feitos em espécie ou para empresas indicadas por Benedito.*

*Que operacionalizou a emissão de notas fiscais fictícias a pedido de Benedito, para pagamentos de despesas da campanha de Pimentel, no valor de R\$ 2.740.000,00, a pedido de seu sócio José Seripieri Júnior; que entregou espontaneamente a Polícia Federal as notas fiscais inidôneas, comprovantes de pagamentos e cópias dos contratos fictícios que embasaram as notas fiscais da BRO e da BRIDGE; que apresentou inúmeras outras”.*

Destacou, ainda, que Elon entregou à Polícia Federal as notas fiscais e comprovantes de pagamento das respectivas doações.

Ademais, realçou as declarações da testemunha José Seripieri Júnior, de que Benedito lhe foi apresentado por Fernando Pimentel como seu amigo, pessoa de confiança e coordenador da sua campanha eleitoral; que diante da impossibilidade de doar, pediu para Benedito procurar Elon para tratar da questão.

Ao final, o *Parquet* afirmou que restou demonstrado o esquema criminoso engendrado pelo acusado Fernando Pimentel para ocultar o recebimento indevido de recursos não contabilizados para sua campanha, proporcionando-lhe assim o acobertamento do crime de falsidade ideológica na prestação de contas de campanha.

Victor e Benedito se limitaram em pleitear os benefícios relativos aos acordos de colaboração premiada que firmaram com o Ministério Público e que foram homologados pelo Juízo.

Por outro lado, Fernando Damata Pimentel rechaçou firmemente os termos da denúncia, destacando, em síntese, que havia margem suficiente para a arrecadação de doações eleitorais oficiais, o que, por si só, já fragiliza completamente a alegação de caixa dois; que a acusação se sustenta nas declarações dos colaboradores, que são divergentes entre si e estão desacompanhadas de qualquer espécie de prova material; que há dúvida razoável quanto ao destino dado aos recursos arrecadados pelo colaborador Benedito.

Pois bem.

Trata-se, como se vê, de ação penal pública incondicionada, objetivando apurar a responsabilidade criminal de Victor Nicolato, Benedito Rodrigues de Oliveira Neto e Fernando Damata Pimentel, anteriormente qualificados, pela prática do delito tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral e, além disso, quanto ao primeiro, o cometimento do crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal.

Preconiza o artigo 350 do Código Eleitoral que:

*“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:*

*Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular”.*

O delito constitui tipo penal misto alternativo, que possui dois ou mais verbos nucleares que definem a conduta do agente, sendo a prática de somente uma dessas condutas o suficiente para a configuração do crime.

No caso vertente, a denúncia do Ministério Público Eleitoral imputou aos Réus a conduta omissiva, que, nos dizeres de José Jairo Gomes, dá-se quando *“o agente omite, silencia, esconde, se cala sobre fato ou qualquer circunstância que tem o dever de declarar ou revelar para que seja registrado no documento. O documento assim formado fica imperfeito, e, devido a sua incompletude, evidencia erroneamente fato ou relação”* (Crimes e Processo Penal Eleitorais, ed. 2015, p.197).

Ressalto que o tipo penal previsto no artigo 350 do Código Eleitoral possui a elementar "*para fins eleitorais*", que traduz a necessidade de a falsificação cometida apresentar repercussão no processo eleitoral, mas não necessariamente relacionado ao processo de votação e apuração, conforme já decidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

*RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2008. PREFEITO E VEREADOR. "CAIXA DOIS". OMISSÃO DE VALORES UTILIZADOS DURANTE A CAMPANHA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA ELEITORAL (ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL). REJEIÇÃO PREMATURA DA DENÚNCIA. ACOLHIMENTO DA TESE DA ATIPICIDADE DA CONDUTA PELA AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS DO TIPO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO.*

*PRECEDENTES. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO A QUO.*

(...)

3. O tipo do artigo 350 do Código Eleitoral crime de falsidade ideológica eleitoral requer dolo específico. A conduta de omitir em documento, público ou particular, informação juridicamente relevante, que dele deveria constar (modalidade omissiva) ou de nele inserir ou fazer inserir informação inverídica (modalidade comissiva) deve ser animada não só de forma livre e com a potencial consciência da ilicitude, como também com um "especial fim de agir". E essa especial finalidade, que qualifica o dolo como específico, é a eleitoral.

4. Contrariamente ao assentado no acórdão recorrido, é equivocada a afirmação de que nenhuma omissão de informações ou inserção de informações inverídicas em prestação de contas tem aptidão para configurar o delito em análise, por ser cronologicamente posterior às eleições (...)" (REspE 202702/MS. Rel. Min. João Otávio de Noronha, em 28/04/2015).

*In casu*, a finalidade eleitoral estaria presente na suposta omissão de gastos praticada perante o processo de prestação de contas da campanha eleitoral do denunciado Fernando Damata Pimentel ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais no ano de 2014 com o objetivo de frustrar o exercício do controle da hígidez e regularidade do financiamento de campanha e, conseqüentemente, causar prejuízo à autenticidade da fé pública eleitoral.



Ressalto que o bem jurídico tutelado pela norma é a fé pública eleitoral, que visa resguardar a transparência do processo eleitoral.

É o magistério de José Jairo Gomes *in Direito Eleitoral, 2016*:

*"A prestação de contas constitui o instrumento oficial que permite a realização de contrastes e avaliações, bem como a fiscalização e o controle financeiro das campanhas eleitorais. (...) O controle realizado pela prestação de contas confere mais transparência e legitimidade às eleições, além de prevenir o abuso de poder, notadamente o de caráter econômico. Muitas vezes, o abuso de poder econômico é configurado a partir de divergências verificadas entre os dados constantes da prestação de contas e a realidade da campanha."*

Esclareço, ademais, que a prestação de contas de campanha eleitoral possui natureza de documento público, conforme sedimentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (1ª Turma - Inquérito nº 3601 - Rel. Min. Luiz Fux - j. 15.09.2015).

Feitas tais considerações, concluo estar correto o enquadramento da conduta, em tese, praticada pelos réus no crime de falsidade ideológica eleitoral, cada qual na medida de sua culpabilidade, na modalidade omissiva que consiste em omitir do documento público declaração que dele deveria constar, a saber, omissão de gastos na prestação de contas de campanha ao cargo de Governador de Minas no ano de 2014.

D'outro norte, devo a todos lembrar que o delito de falsidade ideológica, disposto no artigo 299 do Código Penal, tem como desiderato tutelar o bem jurídico denominado fé pública, de modo a garantir autenticidade e confiabilidade aos documentos públicos ou privados e a conferir-lhes credibilidade, porquanto, mais que necessários, mostram-se indispensáveis nas relações interpessoais.

Assim, trata-se de tipo penal misto alternativo, cujas condutas incriminadas consistem em omitir (não dizer, não mencionar), em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar; e, inserir (introduzir diretamente) ou fazer inserir (como mandante, ou seja, indiretamente), no documento, declaração falsa ou diversa da que deveria ser declarada.

Em suma, o crime se configura em contexto de documento formalmente verdadeiro, porém de conteúdo falso.

Logo, inexistem quaisquer irregularidades no que concerne à confecção formal da cópia, mas a verdade documental não pode ser atestada, pois se omitiu declaração exigida, inseriu-se ou fez-se inserir manifestação inautêntica ou divergente da esperada.

A falsidade ideológica é, para mais, um crime comum, isto é, não exige do autor condição especial, de sujeito ativo indeterminado, embora preveja em seu parágrafo único causa de aumento de pena quando praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo.

Quanto ao sujeito passivo, este é o Estado, bem como a pessoa natural ou jurídica eventualmente lesada pela falsidade.

Além disso, o tipo subjetivo é constituído pelo dolo, não havendo previsão culposa, mas com exigência de especial fim de agir, traduzido pela intenção de prejudicar direito, produzir obrigação ou modificar a verdade sobre *fato juridicamente relevante*.

Caso contrário, esbarra-se em conduta atípica.

Diante disso, julgo acertado o enquadramento da conduta em tese praticada pelo réu Victor Nicolato no crime de falsidade ideológica.

Noutro giro, julgo necessário esclarecer que a colaboração premiada é veículo de dilação probatória, porquanto, a partir das informações disponibilizadas, deflagram-se diligências em busca de provas que as endosse.

Neste sentido, os ensinamentos do Prof. Gustavo Badaró:

*“Enquanto os meios de prova são aptos a servir, diretamente, ao convencimento do juiz sobre a veracidade ou não de uma afirmação fática (p. ex., o depoimento de uma testemunha, ou o teor de uma escritura pública), os meios de obtenção de provas (p. ex.: uma busca e apreensão) são instrumentos para a colheita de elementos ou fontes de provas, estes sim, aptos a convencer o julgador (p. ex. : um extrato bancário [documento] encontrado em uma busca e apreensão domiciliar). Ou seja, enquanto o meio de prova se presta ao convencimento direto do julgador, os meios de obtenção de provas somente indiretamente, e dependendo do resultado de sua realização, poderão servir à reconstrução da história dos fatos” (BADARÓ, Gustavo. Processo Penal. Rio de Janeiro. Campus: Elsevier. 2012).”*

Na mesma ordem de ideias, tem-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal, externado no Informativo 796, quando do julgamento do HC 127483/PR, de relatoria do Min. Dias Toffoli:

*“No mérito, o Plenário considerou que a colaboração premiada seria meio de obtenção de prova, destinado à aquisição de elementos dotados de capacidade probatória. Não constituiria meio de prova propriamente dito. Outrossim, o acordo de colaboração não se confundiria com os depoimentos prestados pelo agente colaborador. Estes seriam, efetivamente, meio de prova, que somente se mostraria hábil à formação do convencimento judicial se viesse a ser corroborado por outros meios idôneos de prova. Por essa razão, a Lei 12.850/2013 dispõe que nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento exclusivo nas declarações do agente colaborador” (Informativo STF n. 796).*

Da leitura dos excertos acima, extrai-se o raciocínio de que o mero depoimento do colaborador não pode evidentemente justificar, por si só, um decreto condenatório.

No tocante à validade das provas, esclareço que a prova é o meio pelo qual o convencimento do juiz é formado.

Muitas das provas colhidas durante a fase de investigação, tais como quebras de sigilo e buscas e apreensões, não ensejam repetição em Juízo, constituindo atos validamente praticados ao seu tempo, revestidos de valor probante.

Em razão das garantias do devido processo legal e da ampla defesa, o contraditório é diferido em relação às provas cautelares e não repetíveis, ocorrendo quando os elementos são

trazidos depois em Juízo, oportunizando assim às partes o contraditório.

A propósito, a parte final do artigo 155 do Código de Processo Penal excepciona expressamente as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, *in verbis*:

“O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.”

Com tais esclarecimentos, não há como deixar de reconhecer que, conquanto muito volumoso, o conjunto probatório constante dos autos não é suficiente para se afirmar, com a certeza que em minha consciência preciso ter, acerca da existência de doações eleitorais não contabilizadas na campanha do acusado Fernando Damata Pimentel ao governo estadual.

Explico.

Com efeito, restou bem demonstrado que o acusado Benedito efetivamente capitou doações em nome da campanha eleitoral, mas não há provas sobre sua efetiva destinação eleitoral, o que só consta, por óbvio, das declarações do então colaborador Benedito, sendo indiscutível seu interesse em viabilizar a manutenção e eficácia do seu acordo com a acusação.

Ocorre que, conforme já consignado na sentença proferida nos autos 000025-18.2018.6.13.0032, afirmar conhecer alguém não permite aquilatar a natureza das relações jurídicas advindas desse contato prévio, situação que deveria ter sido elucidada pela acusação.

Além disso, conforme descrito na denúncia, cerca de 1,9 milhão de reais em espécie foram diretamente entregues ao colaborador, sendo que em 17.10.2014 (após o recebimento das verbas) Benedito comprou um imóvel pelo valor de R\$ 2.090.000,00 em dinheiro, situação que, no mínimo, serve para gerar dúvida mais que razoável sobre a idoneidade das suas declarações.

Frise-se, ainda, que a própria denúncia cuidou de esclarecer que as empresas BRO, Bridge e Gráfica Cristiane não prestaram serviços de natureza eleitoral à citada campanha, tendo repassado dinheiro em espécie após simulações.

Neste passo, posso afirmar que não há nestes autos nenhuma comprovação de que as empresas Fitatex e MPV7 tenham prestado serviços de natureza eleitoral à campanha.

Não há, também, nenhum elemento que me permite concluir que ocorreu divulgação de pesquisa eleitoral realizada pela Vox Populi em benefício do ex-governador, o que enfraquece, sobretudo, em sua inteireza, a versão contida na denúncia.

No particular, saliento que os representantes da indigitada empresa não foram inquiridos em juízo, abrindo-se, assim, lacuna, que não mais pode ser preenchida, para a cognição do que, de fato, aconteceu.

Lado outro, não consegui vislumbrar o motivo de a denúncia não ter incriminado todas as empresas citadas pelo corrêu Elon, mormente diante da emissão de notas fiscais alegadamente falsas, o que corrobora a assertiva da defesa do acusado Pimentel de possível negociação privada.

Como se não bastasse, não há como olvidar o depoimento de Luiz Ricardo Lanzetta de que prestou serviços de assessoria e consultoria a Benedito.

Não há também como fechar os olhos diante das declarações de José Seripieri e de José Auriemo Neto, no sentido de que Benedito teria feito várias propostas particulares, o que, a toda evidência, corrobora as conclusões supra.

Lembro-me ainda que José Seripieri disse que foi Benedito quem fez as solicitações de contribuição eleitoral e que elas foram rechaçadas.

Ora, essas declarações vão de encontro à versão apresentada por Elon, que afirmou que seu sócio, José Seripieri, já havia combinado a contribuição com Benedito e que apenas o ajudou com os valores.

O certo é que, embora existam provas da materialidade de fatos típicos e de autoria quanto aos réus Benedito e Victor Nicolato, a autoria imputada ao ex-governador Fernando Pimentel permaneceu, após o fim da instrução criminal, na arenosa seara do mero indício e das ilações que, apesar de compreensíveis sob a ótica persecutória, não podem justificar sua condenação.

Os pontos centrais da denúncia, que poderiam sim levar à condenação também deste réu, não restaram provados.

Em verdade, as provas produzidas não são suficientes para demonstrar a existência de doações eleitorais não contabilizadas na prestação de contas de campanha do réu Fernando Pimentel ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, o que impõe a absolvição dos três réus quanto ao crime previsto no artigo 350 do Código Eleitoral.

Como tenho reiteradamente asseverado, a dúvida torna obrigatória a absolvição, porquanto infinitamente mais odioso que absolver alguém que pode ser culpado é condenar alguém que poder ser inocente.

Por outro lado, a condenação de Victor Nicolato e de Benedito Rodrigues de Oliveira pelo crime de falsidade ideológica de que trata o artigo 299 do Código Penal também se impõe.

Com efeito, a Nota Fiscal emitida pela Editora Gráfica Cristiana Ltda. ME n° 646 no valor de R\$ 1.150.000,00 comprova a materialidade do mencionado delito.

Conforme relatado, a denúncia afirmou que Peterson de Jesus Ferreira, instigado por VICTOR NICOLATO, teria emitido a Nota Fiscal n. 646 da Editora Gráfica Cristiane Ltda, no valor de R\$ 1.150.000,00, contra a GAPE Administradora e Corretora de Seguros Ltda, com o objetivo de propiciar o recebimento dos valores ajustados com Elon Gomes, mediante a simulação de

produção de material gráfico, cujo montante seria destinado ao pagamento de despesas de campanha.

Quanto à materialidade delitativa, constam dos autos os seguintes documentos relativos ao fato ora apurado:

- Proposta comercial emitida, em 19/08/2014, pela Gráfica Cristiane, para a GAPE Administradora e Corretora de Seguros (ID 1802092 - p. 10);
- NF 646, datada de 29/8/2014, emitida pela Editora Gráfica Cristiane Ltda, no valor de R\$ 1.150.000,00 (ID 1802092 - p. 8);
- Comprovante de quitação da NF 646, datado de 02/09/2014, pela empresa Gape Administradora e Corretora de Seguros Ltda (ID 1802092 - p. 9);
- DARF com código de receita 5217, recolhido em 10/6/2019 pela Gape Administradora e Corretora de Seguros Ltda, no valor de R\$915.346,92, tendo como fato gerador o pagamento da NF n. 646 emitida pela Editora Gráfica Cristiane (ID 88477934 - p. 1-2).

Em seu depoimento judicial (IDs 42022930, 42035841 e 42035849), Peterson de Jesus Ferreira confirmou as declarações prestadas em sede policial (ID 1802253 - Pág. 7-10), tendo afirmado que a Gráfica Cristiane nunca prestou serviços à campanha de FERNANDO PIMENTEL ou de qualquer outro candidato (3:52).

Afirmou ainda conhecer VICTOR NICOLATO, com quem possuía relações comerciais.

Ao ser questionado pelo Ministério Público se Victor lhe encomendava materiais de campanha de FERNANDO PIMENTEL, reafirmou que nunca prestou serviços a essa campanha e que só conhece o candidato pela televisão (2:13 - 03:54).

Ao ser questionado pelo advogado de FERNANDO PIMENTEL, novamente afirmou que Victor nunca lhe falou nada sobre a campanha eleitoral (0:00s - 0:22s).

Perguntado sobre a Nota Fiscal n. 646 emitida contra a GAPE, Peterson disse desconhecer Elon, sócio da empresa, tampouco soube precisar se houve ou não efetiva prestação de serviços à GAPE (ID 42035841, intervalo 0:00 - 1:28).

Acrescentou que, apesar de constar da denúncia, nunca entregou dinheiro a BENEDITO RODRIGUES e que não o conhece, explicando que qualquer valor decorrente dessas notas fiscais, com prestação de serviço ou não, eram sacados e entregues a VICTOR NICOLATO, não sabendo informar qual o destino que seria dado a tal numerário (ID 42035848, intervalo 2:39 - 3:28).

Malgrado Peterson não tenha precisado se houve ou não prestação de serviços à GAPE pela Gráfica Cristiane, constam dos autos elementos que permitem concluir pela inexistência de relação comercial entre essas empresas.

Elon Gomes apresentou documento de recolhimento de imposto sem causa referente à Nota Fiscal n. 646 emitida pela Gráfica Cristiane (ID 88477934 - Pág. 1-2), o que, por si só, já seria suficiente para provar a inexistência de relação material entre as partes.

Ademais, Elon Gomes afirmou, em juízo (1:47:38), não conhecer Peterson de Jesus e que nunca contratou os serviços da Gráfica Cristiane; acrescentou que as notas fiscais eram recebidas de Vanessa (funcionária de BENEDITO) e ele se limitava a pagá-las, sem distinção do emitente.

Sendo fictícia a relação comercial formada, pairam sérias dúvidas acerca da prestação de serviços pela Gráfica Cristiane à campanha de FERNANDO PIMENTEL, uma vez que Peterson afirmou nunca ter prestado serviços à campanha, tendo atuado somente no repasse de valores a VICTOR NICOLATO; ao passo que VICTOR pontuou em seu termo de colaboração (ID 74930570 - Pág. 11) que "a GRÁFICA CRISTIANE, além de fornecedora da campanha, também se



*encarregou de pagar outros fornecedores. Tais pagamentos não foram registrados na Justiça Eleitoral”.*

Ainda no termo de colaboração (ID 74930570, Pág. 11-12), ao detalhar o papel desempenhado pela Gráfica Cristiane, VICTOR NICOLATO afirmou que ela teria efetuado pagamento de notas fiscais emitidas contra si por empresas que prestaram serviços à campanha de FERNANDO PIMENTEL, em razão de existir um crédito de campanha junto à Gráfica Cristiane.

VICTOR acrescentou, ainda, que parte dos valores em posse da Gráfica Cristiane foram, sob ordem de BENEDITO, sacados e entregues, em espécie, a Pedro Augusto de Medeiros, quem atuava junto à campanha de FERNANDO PIMENTEL, ou usados para pagamento, também em espécie, de outros fornecedores da campanha eleitoral (ID 74930570 - Pág. 12).

Em juízo, confirmou o repasse de valores a Pedro Augusto de Medeiros, e acrescentou que o numerário destinaria-se a quitar despesas com fornecedores de campanha.

Em que pese tais afirmações, não foram apresentadas em juízo provas materiais aptas para demonstrar a relação da Gráfica Cristiane com os fornecedores da campanha.

Também não foram ouvidos, quer seja em sede policial, quer seja em seara judicial, os representantes das empresas citadas.

Não restou, pois, demonstrada nenhuma prestação de serviços da Gráfica Cristiane à campanha de FERNANDO PIMENTEL

Do mesmo modo, o depoimento do colaborador, como já expliquei, por si só, não é hábil a formar o convencimento judicial, quando não vier acompanhado de outros meios idôneos de prova (STF, HC 127483/PR, Rel. Min. Dias Toffoli), razão pela qual concluo pela

não comprovação da destinação eleitoral conferida aos valores recebidos pela Gráfica Cristiane.

**Destaco que não se discute a inexistência dos pagamentos feitos pela GAPE à Gráfica Cristiane, mas a não comprovação da destinação eleitoral que lhe é imputada, o que se torna essencial, neste fato especificamente, para a configuração do delito previsto no art. 350 do Código Eleitoral, tendo em vista o especial fim de agir previsto no tipo penal, qual seja "para fins eleitorais".**

*Com efeito, os crimes de falsidade material ou ideológica de documento público ou particular, bem como sua utilização, só pode ter natureza eleitoral se a inautenticidade de seu conteúdo ou uso visar fins eleitorais.*

*É o que se depreende dos artigos 348, 349, 350, 352, 353 e 354 do Código Eleitoral.*

Ausente a finalidade eleitoral, não há caminho outro senão o de valer-me da *emendatio libelli* (artigo 383 do Código de Processo Penal) para afastar o tipo especial eleitoral e reclassificar a conduta típica narrada como falsidade ideológica comum, prevista no art. 299 do Código Penal:

*Falsidade ideológica*

*Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

*Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

Insta frisar que o réu se defende dos fatos imputados na denúncia e não de sua capitulação jurídica, razão pela qual é possível neste momento a utilização do instituto da *emendatio libelli*, sendo este o entendimento do STJ: *É assente que não havendo modificação quanto ao fato descrito na exordial acusatória, assim como a hipótese presente, pode o magistrado dar nova classificação jurídica ao fato definido na denúncia ao prolatar a sentença (emendatio libelli), prescindindo de aditamento da peça exordial ou mesmo de abertura de prazo para a*

*defesa se manifestar, já que o réu se defende dos fatos narrados pela acusação e não dos dispositivos de lei indicados (AgRg no AREsp n. 417817/ES, Sexta Turma, Rel. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 5/3/2015).*

**Concluo, portanto, que a falsidade ideológica comum está presente na inserção de declarações falsas em documento particular (nota fiscal n. 646), a fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a própria prestação do serviço discriminado na nota fiscal, que comprovadamente não ocorreu.**

Além disso, a autoria advém das próprias declarações de Victor, de Benedito e de Peterson, não havendo, portanto, qualquer dúvida sobre a procedência do pedido acusatório neste particular.

Benedito Rodrigues também inseriu declarações falsas em notas fiscais, ou seja, em documento particular.

O que constatei foi que Benedito, de fato, engendrou uma estrutura arrecadatória paralela sob a camuflagem de um suposto "caixa 2", em que empresários com ele combinaram o repasse de valores em espécie ou quitação de dívidas com prestadores de serviços, mediante quitação de notas fiscais ideologicamente falsas, emitidas por fornecedores por orientação de VICTOR NICOLATO, com o suposto objetivo de ocultar o pagamento de despesas da campanha de FERNANDO PIMENTEL, mas que, verdade me verdade, visaram tão somente seu próprio locupletamento ilícito.

No particular, vejo-me forçado a esclarecer que, na senda do 25º ano de exercício ininterrupto da judicatura, e após ocupar, como magistrado, cargos, por cerca de 15 anos, de juiz criminal em Varas Criminais, Varas de Tóxicos e Tribunal do Júri, v.g., não me lembro de ter ouvido outro réu responder, mormente sem titubear e de modo tão enfático, a 2ª pergunta obrigatória da segunda parte do interrogatório, sobre os fatos (artigo 187, §2º, inciso II, do CPP), como fez o acusado Fernando Pimentel ao afirmar, sem titubear, que a prática do crime deve ser imputada ao acusado Benedito que, sem sua autorização, saiu pedindo dinheiro para si, dizendo que se destinava à sua campanha para o cargo de governador.

Como consta do relatório desta sentença, a denúncia afirmou que BENEDITO RODRIGUES fez inserir nas notas fiscais n. 004 e 007, da empresa BRIDGE Participações S/A, e na nota fiscal n. 017, da BRO Consultoria Empresarial Ltda, empresas sob seu controle, a prestação de serviços de consultoria e acompanhamento de projetos à empresa SUPPORT Consultoria Ltda, do denunciado Elon Gomes, com o objetivo de simular a prestação de serviços e viabilizar o recebimento das quantias de R\$350.000,00, R\$100.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, para, segundo sua versão, quitação de despesas da campanha de FERNANDO PIMENTEL, com omissão na prestação de contas à Justiça Eleitoral.

No que concerne à materialidade delitativa aqui esclarecida, constam dos autos os seguintes documentos relativos aos fatos apurados:

- Contrato de prestação de serviços de consultoria, datado de 1º/11/2013, celebrado entre as empresas Bridge e Support (ID3136527 - Pág. 9-14);
- NF 004, datada de 1º/09/2014, emitida pela **Bridge Participações S.A**, no valor de R\$ 350.000,00 (ID 1802083 - Pág. 14);
- Comprovante de quitação da NF 004, datado de 05/09/2014, pela empresa Support Consultoria Ltda (ID 1802083 - Pág. 15);
- DARF com código de receita 5217, recolhido em 10/6/2019 pela Support Consultoria Ltda, no valor de R\$278.583,85, tendo como fato gerador o pagamento em 5/9/2014 da NF n. 004 emitida pela Bridge Participações SA (ID 88477934 - Pág. 3-4);
- NF 007, datada de 30/09/2014, emitida pela **Bridge Participações S.A**, no valor de R\$ 100.000,00 (ID 1802088 - Pág. 1);
- Comprovante de quitação da NF 007, datado de 30/09/2014, pela empresa Support Consultoria Ltda (ID 1802088 - Pág. 2);
- DARF com código de receita 5217, recolhido em 26/12/2018 pela Support Consultoria Ltda, no valor de R\$77.953,08, tendo como fato gerador o pagamento em 30/9/2014 da NF n. 007 emitida pela Bridge Participações SA (ID 88477934 - Pág. 5);
- Contrato de prestação de serviços de consultoria, datado de 11/12/2013, celebrado entre as empresas BRO e Support (ID3136527 - Pág. 24-26);

- NF 017, datada de 30/09/2014, emitida pela **BRO Consultoria Empresarial Ltda**, no valor de R\$ 300.000,00 (ID 1802088 - Pág. 3);
- Comprovante de quitação da NF 017, datado de 30/09/2014, pela empresa Support Consultoria Ltda (ID 1802088 - Pág. 4);
- DARF com código de receita 5217, recolhido em 26/12/2018 pela Support Consultoria Ltda, no valor de R\$233.859,23, tendo como fato gerador o pagamento em 30/9/2014 da NF n. 17 emitida pela BRO Consultoria Empresarial Ltda (ID 88477934 - Pág. 6-7);

Não obstante os instrumentos contratuais firmados entre as empresas do réu BENEDITO RODRIGUES, BRIDGE e BRO, e a empresa SUPPORT, do denunciado Elon Gomes, tenham tentado conferir aparente legalidade à transferência de recursos entre elas, os elementos probatórios colacionados aos autos afirmam o contrário.

Além dos comprovantes de recolhimento de imposto sem causa apresentados por Elon, referentes às NF. 004, 007 e 017 emitidas pela Bridge e BRO (ID 88477934 - Pág. 3-7), as declarações de BENEDITO (IDs 79571711 - 79575942, intervalo 40:52 - 41:48), sócio das referidas empresas, também confirmam a não prestação de serviços.

Não tendo havido qualquer relação comercial entre a SUPPPORT e as empresas BRIDGE e BRO, estas últimas funcionariam apenas como intermediárias para recebimento de valores, os quais, segundo BENEDITO RODRIGUES, integrariam o Caixa 2, destinados a remunerar serviços de campanha já prestados ou em andamento.

Ora, não verifiquei nessas transações a remuneração de serviços gráficos prestados à campanha, em relação às notas fiscais das empresas FItaEx e MPV7; mas sim, mera arrecadação de valores.

Não obstante as declarações de BENEDITO RODRIGUES de que os valores de um suposto 'Caixa 2' se destinavam a pagamentos em espécie de fornecedores de campanha, não restou comprovado que

os valores recebidos pela BRIDGE e BRO verteram em benefício da campanha.

E não houve a indicação de fornecedores de campanha que teriam recebido esses valores em espécie, associados às oitivas judicial ou policial.

Nesta ordem de ideias, devo repetir o entendimento do Supremo Tribunal Federal, externado no Informativo 796, quando do julgamento do HC 127483/PR, de relatoria do Min. Dias Toffoli de que *"no mérito, o Plenário considerou que a colaboração premiada seria meio de obtenção de prova, destinado à aquisição de elementos dotados de capacidade probatória. Não constituiria meio de prova propriamente dito. Outrossim, o acordo de colaboração não se confundiria com os depoimentos prestados pelo agente colaborador. Estes seriam, efetivamente, meio de prova, que somente se mostraria hábil à formação do convencimento judicial se viesse a ser corroborado por outros meios idôneos de prova. Por essa razão, a Lei 12.850/2013 dispõe que nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento exclusivo nas declarações do agente colaborador"* (Informativo STF n. 796).

Repito, pois, que o depoimento do colaborador só é hábil a formar o convencimento judicial se vier acompanhado de outros meios idôneos de prova.

**Não houve assim comprovação da destinação eleitoral conferida aos valores recebidos pelas empresas Bridge e BRO.**

Destaco também aqui que a discussão neste ponto não é a inexistência dos pagamentos feitos pela Support à BRIDGE e BRO, **mas a não comprovação de sua destinação eleitoral**, essencial para a configuração do delito previsto no art. 350 do Código Eleitoral.

Ausente a finalidade eleitoral, não há caminho outro senão novamente me valer da *emendatio libeli* (art. 383 do CPP) para

afastar o tipo especial eleitoral e reclassificar a conduta típica narrada e imputada a Benedito como falsidade ideológica comum, prevista no art. 299 do Código Penal.

Lembro, a propósito, que o réu se defende dos fatos imputados na denúncia e não de sua capitulação jurídica, razão pela qual se torna cabível neste momento a utilização do instituto da *emendatio libelli*.

**A falsidade ideológica comum está presente na inserção de declarações falsas em documento particular (notas fiscais n. 004 e 007, da empresa BRIDGE Participações S/A, e na nota fiscal n. 017, da BRO Consultoria Empresarial Ltda) a fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a própria prestação do serviço discriminado na nota fiscal, que comprovadamente não ocorreu.**

**Realizada a valoração do conjunto probatório constante dos autos, concluo pela comprovação dos crimes de falsidade ideológica em relação às notas fiscais das empresas Editora Gráfica Cristiane Ltda, BRIDGE Participações S/A e BRO Consultoria Empresarial Ltda.**

O acusado Peterson de Jesus Ferreira, conforme relatado, firmou acordo de não persecução penal com o Ministério Público Eleitoral, o que obsta a análise de eventual condenação neste momento.

Narrado o contexto fático dos eventos apurados, bem como valoradas as provas de materialidade dos crimes, passo a avaliar individualmente a conduta de cada réu.

Em seu interrogatório, VICTOR NICOLATO informou ter trabalhado na campanha de FERNANDO PIMENTEL, a convite de BENEDITO, tendo sido encarregado da parte de produção de materiais gráficos.

Conforme restou apurado, VICTOR atuou como intermediário entre BENEDITO RODRIGUES e os prestadores de serviço.

Cabia a VICTOR intermediar junto aos fornecedores a emissão das notas fiscais para quitação, sem que houvesse a efetiva prestação de serviços aos tomadores constantes como destinatários das notas.

Deste modo, restou verificada a ciência de VICTOR a respeito de uma suposta contabilidade paralela da campanha, pelo que teria **ele atuado em unidade de desígnios com BENEDITO, a fim de operacionalizar o sistema de arrecadação mediante doações não contabilizadas.**

Contudo, o que verifiquei foi arrecadação de dinheiro, visando enriquecimentos pessoais.

VICTOR foi denunciado como incurso no artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral, em concurso de agentes, por duas vezes, referentes às notas fiscais das empresas MPV7 e Gráfica Cristiane.

O delito imputado constitui tipo penal misto alternativo, que possui dois ou mais verbos nucleares que definem a conduta do agente, sendo a prática de somente uma dessas condutas o suficiente para a caracterização do crime.

No caso vertente, a denúncia do Ministério Público Eleitoral imputou a VICTOR a conduta de instigar terceiro (Henrique e Peterson) a fazer inserir declarações falsas em notas fiscais com a finalidade de alterar fato juridicamente relevante à Justiça Eleitoral.

**Apurei, contudo, que a finalidade eleitoral não restou comprovada quanto à nota fiscal emitida pela empresa MPV7,**



enquadrando-se a nota fiscal da Gráfica Cristiane como falsidade ideológica comum, a ser melhor elucidada adiante.

Não obstante VICTOR NICOLATO tenha atuado como partícipe na conduta imputada pelo Ministério Público Eleitoral (instigar terceiro a fazer inserir - Nota Fiscal nº 00011607 MPV7), verifico que essa atuação se deu no contexto de um engenhoso sistema engendrado para mero recebimento de valores, que envolvia prévio ajuste de diversos agentes, cujo desígnio principal era o enriquecimento sem causa.

Assim, **VICTOR deve mesmo ser absolvido do crime previsto no artigo 350 do Código Eleitoral.** À luz de toda a empreitada criminosa, esse seria o crime-fim, que acabaria por absorver, pelo princípio da consunção, a conduta de instigar terceiro a fazer inserir declaração falsa em nota fiscal:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENTREGA DE FILHO MENOR A PESSOA INIDÔNEA. ABANDONO MATERIAL. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO, NO CASO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO (...) 3. **O princípio da consunção pressupõe que um delito seja meio ou fase normal de execução de outro crime (crime-fim), ou mesmo conduta anterior ou posterior intimamente interligada ou inerente e dependente deste último,** mero exaurimento de conduta anterior, não sendo obstáculo para sua aplicação a proteção de bens jurídicos diversos ou a absorção de infração mais grave pelo de menor gravidade. Precedentes. (STJ, AgRg no AREsp 672.170/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª Turma, DJe 10/02/2016)

Não poderia ser outro o entendimento, haja vista que o Código Penal, em seu artigo 29, *caput*, adotou a teoria monista, segundo a qual todos que concorrem para um crime, por ele respondem, havendo pluralidade de agentes e unidade de crime. Deste modo, o crime único de falsidade ideológica eleitoral, atribuído a todos aqueles que para ele supostamente concorreram, permanece único e indivisível.

Mas as provas inequívocas de que a arrecadação se destinava à campanha não vieram aos autos.

Como constatei, as arrecadações se prestaram a locupletamentos ilícitos.

Nos dizeres de Brandão, o fundamento dessa teoria reside no fato de as várias ações não se apresentarem de modo autônomo, mas convergirem em uma operação única, que acarretam um mesmo resultado, por isso elas devem ser consideradas como um todo unitário (BRANDÃO, C. *Curso de Direito penal: parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 269).

No tocante à nota fiscal emitida pela Gráfica Cristiane (NF n° 646), VICTOR instigou terceiro (Peterson) a fazer inserir declaração falsa em documento. Entretanto, conforme narrado em tópico próprio, não restou comprovado o especial fim de agir exigido pelo tipo penal, "para fins eleitorais".

Não comprovada a destinação eleitoral dos valores da Gráfica Cristiane, tal omissão não pode ser imputada a FERNANDO PIMENTEL em sua prestação de contas, de modo que desaparece a figura do crime-fim, explicada anteriormente. **Neste caso, o crime-meio de falsificação ideológica comum dever ser punido autonomamente.**

Ausente a finalidade eleitoral, me vali da *emendatio libelli* (artigo 383 do Código de Processo Penal) para enquadrar a conduta típica narrada como falsidade ideológica comum, prevista no já transcrito artigo 299 do Código Penal:

*"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

*Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."*

Dos elementos constantes dos autos, especialmente a confissão de BENEDITO sobre as imputações que lhe foram feitas, bem assim o

interrogatório de VICTOR no qual confirmou a relação escusa com Peterson, além do depoimento de Elon Gomes afirmando não ter existido qualquer relação comercial efetiva entre a GAPE e a Gráfica Cristiane, não restam dúvidas de que VICTOR NICOLATO, sob as ordens de BENEDITO, instigou Peterson de Jesus a inserir declarações falsas em documento particular (Nota Fiscal n. 646), a fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, **configurando-se, para este fato, sua participação no delito previsto no artigo 299 do Código Penal.**

A denúncia imputou também a VICTOR a prática de falsidade ideológica comum, por ter instigado Peterson a emitir duas notas fiscais da Gráfica Cristiane simulando a prestação de serviços gráficos à CAO A Montadora de veículos, de forma a propiciar o recebimento de valores por esta empresa.

Consoante destacado, os fatos principais desta imputação da denúncia estão sendo apurados em ação penal em trâmite na Justiça Federal.

Não houve instrução processual quanto aos fatos envolvendo a CAO A, tendo ocorrido apenas a confissão do réu, o que não se revela suficiente para um decreto condenatório, **razão pela qual opto por sua absolvição quanto a estes fatos.**

VICTOR NICOLATO deverá então responder pela falsidade ideológica comum, conduta tipificada no artigo 299 do Código Penal, referente à nota fiscal da Gráfica Cristiane. No tocante às notas fiscais envolvendo a CAO A, deverá ser absolvido por ausência de provas.

BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA foi denunciado como incurso no artigo 350, *caput*, do Código Eleitoral, em concurso de agentes, por cinco vezes.

*“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais.”*

Conforme destaquei acima, o delito imputado constitui tipo penal misto alternativo, o qual possui dois ou mais verbos nucleares que definem a conduta do agente, sendo a prática de somente uma dessas condutas o suficiente para a caracterização do crime.

No tocante à nota fiscal da Vox Populi, a denúncia imputou a BENEDITO RODRIGUES a conduta de auxiliar FERNANDO PIMENTEL na interlocução com José Auriemo, bem assim na omissão dos valores em sua prestação de contas.

Quanto às notas fiscais emitidas pelas empresas MPV7, FitaEX e Gráfica Cristiane, a denúncia impõe a BENEDITO dois papéis, o de ajuste junto a Elon Gomes para quitação das notas, bem como as orientações a VICTOR NICOLATO para que esse, em contato com os prestadores de serviço da campanha, possibilitasse a emissão de notas ideologicamente falsas.

No que se refere às notas emitidas pelas empresas Bridge e BRO, imputou-se a BENEDITO a intermediação junto a Elon para quitação das notas fiscais, além da própria autoria das falsidades, pois era sócio das empresas emitentes.

À vista do que se apurou, entendi que a finalidade eleitoral não restou comprovada no que concerne às notas fiscais emitidas pelas empresas Vox Populi, MPV7 e FitaEx, enquadrando-se as demais como falsidade ideológica comum.

A atuação de BENEDITO se deu no contexto de um engenhoso sistema engendrado para recebimento de valores, que envolvia prévio ajuste de diversos agentes.

A proximidade existente entre FERNANDO PIMENTEL e BENEDITO restou demonstrada nestes autos, notadamente pelos depoimentos prestados pelas testemunhas José Auriemo, José Seripieri e João Carlos Mariz, bem como por sua confissão.

Ocorre que tal proximidade não autoriza, por si só, a conduta de mandante imputada ao ex-governador.

Não há como saber se as quitações de despesas realizadas por José Auriemo junto a Vox Populi se deram em benefício da campanha eleitoral, pelo que não poderiam mesmo constar da prestação de contas oficial.

Quanto os demais fatos, BENEDITO RODRIGUES revelou-se como operador responsável pela arrecadação de fundos, de modo a propiciar o recebimento dos valores com aparente legalidade e em seu próprio benefício.

Assim, quanto às notas fiscais da MPV7 e FitaEx, BENEDITO praticou conduta típica, ao instigar terceiro a fazer inserir declaração falsa em nota fiscal, alegando que o principal objetivo da empreitada criminoso era o recebimento de valores para a campanha de FERNANDO PIMENTEL, **mas o que verifiquei foi a apropriação de tais valores pelo próprio Benedito.**

Não poderia ser outro o entendimento, haja vista que o Código Penal, em seu artigo 29, *caput*, adotou a teoria monista, segundo a qual todos que concorrem para um crime, por ele respondem, havendo pluralidade de agentes e unidade de crime, conforme esclareci acima ao analisar a conduta do correu VICTOR.

Mas não ficou provada a destinação eleitoral dos recursos arrecadados, devendo mesmo os três acusados que estão sendo julgados nesta sentença serem absolvidos em relação ao delito eleitoral.

No tocante às notas fiscais emitidas pelas empresas Gráfica Cristiane, Bridge e BRO, **conforme já explicado, não restou comprovado o especial fim de agir exigido pelo tipo penal, "para fins eleitorais".**

Não comprovada a destinação eleitoral dos valores recebidos pela Gráfica Cristiane, Bridge e BRO, tais omissões não podem ser imputadas a FERNANDO PIMENTEL em sua prestação de contas, de modo que desaparece a figura do crime-fim, explicada anteriormente.

Por isso, os crimes de falsificação ideológica comum praticados por Victor e por Benedito deverão ser punidos autonomamente.

Ausente a finalidade eleitoral, me vali da *emendatio libelli* (art. 383 do CPP) para enquadrar as condutas típicas narradas como falsidade ideológica comum, prevista no artigo 299 do Código Penal.

Dos elementos constantes dos autos, especialmente quanto a confissão sobre as imputações que lhe foram feitas, o interrogatório de VICTOR no qual confirmou a relação escusa com Peterson, e o depoimento de Elon Gomes afirmando não ter existido qualquer relação comercial efetiva entre a GAPE e a Gráfica Cristiane de seu depoimento, não restam dúvidas de que BENEDITO RODRIGUES determinou a VICTOR que instigasse Peterson de Jesus a inserir declarações falsas em documento particular (Nota Fiscal n. 646), a fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, **configurando-se a autoria do delito previsto no artigo 299 do Código Penal.**

Quanto às notas emitidas pelas empresas Bridge e BRO, consoante se depreende das provas materiais apresentadas, bem como dos elementos contidos nos autos, em que BENEDITO confessa as imputações que lhe foram feitas, e Elon Gomes afirma não ter existido qualquer relação comercial efetiva entre a Support e as empresas BRIDGE e BRO, não há dúvidas de que BENEDITO inseriu declarações falsas em documento particular a fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, **configurando-se sua autoria para o delito previsto no artigo 299 do Código Penal.**

BENEDITO RODRIGUES deverá responder então como autor, por três vezes, mediante concurso de pessoas, pelas falsidades ideológicas comuns, conduta tipificada no artigo 299 do Código Penal, referentes às notas fiscais da BRO, BRIDGE e Gráfica Cristiane.

O Ministério Público Eleitoral, em sede de alegações finais, requereu a condenação de FERNANDO DAMATA PIMENTEL a indenizar a União por danos morais coletivos no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Ora, referido acusado, como já afirmei, deve ser absolvido; mas ainda que restasse verificada a sua autoria como mandante, não haveria falar-se em pagamento de indenização.

Sei, pela leitura do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, ser cabível, quando proferida sentença condenatória, a fixação de valor para reparação dos danos causados pela infração.

Consigno, no entanto, que referido pleito deve ser formulado no curso da instrução processual, em atendimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Neste caso, não se está exigindo que o pedido fosse feito na peça inicial, mas tão somente que tivesse sido realizado em momento processual que permitisse tanto à acusação fazer a prova necessária para o embasamento do seu pedido, quanto ao acusado a produção de contraprova ao longo da instrução probatória .

E o pedido de condenação do réu FERNANDO PIMENTEL ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos à União foi feito pela acusação apenas em sede de alegações finais.

Indefiro, pois, o pedido de indenização sob ambas as óticas acima referidas.

Derradeiramente, o que entrevi, e direi com todo o respeito aos que pensarem de modo diverso e sem nenhum sentido de impertinência, foi que o acusado Fernando Pimentel - pessoa que, republicanamente, conheci e sempre respeitei ao tempo em que governou Minas, pois que tomei posse no cargo de Juiz Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias desta capital também em janeiro de 2014, acompanhando assim todo o seu mandato e muitas vezes decidindo contra os interesses administrativos do ex-governador e sem com ele pactuar ideologicamente, já que sempre pugnei pelo ideal do denominado "Estado Mínimo" - por ser importante figura e membro do Partido dos Trabalhadores, não adequadamente criminalizado em sua totalidade pela conduta de alguns elementos que provavelmente incorreriam nos mesmos crimes se militassem em qualquer partido político, tornou-se alvo ideal de revanches perpetradas por opositores.

Ao proferir uma sentença, não tenho nenhum objetivo de agradar ou desagradar quem quer que seja. Limito-me a aplicar a lei e a não malferir minha consciência, custe o que custar.

E a linha que divide a opinião pública da opinião publicada se me afigura nos dias de hoje por demais tênue.

A propósito, ninguém jamais poderá se esquecer que a opinião pública, sem o conhecimento da causa, livrou da cruz o homicida Barrabás e optou pela crucificação de Nosso Mestre e Senhor Jesus Cristo.

Isto posto, e considerando tudo que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para: **ABSOLVER FERNANDO DAMATA PIMENTEL** do crime que lhe foi imputado pela Justiça Pública, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, indeferindo ainda o pedido de sua condenação ao pagamento de danos morais coletivos; **CONDENAR BENEDITO RODIGUES DE OLIVEIRA** como incurso nas penas do crime de falsidade ideológica comum (artigo 299 do Código Penal), por 3 (três) vezes, em caráter continuado (artigo 71 do Código Penal), na



forma do artigo 29 do Código Penal; **CONDENAR VICTOR NICOLATO** como incurso nas penas do crime de falsidade ideológica comum (artigo 299 do Código Penal), por 1 (uma) vez, na forma do artigo 29 do Código Penal.

**ABSOLVO**, contudo, **VICTOR NICOLATO** da imputação da prática do crime do artigo 299 do Código Penal quanto à simulação da prestação de serviços à CAO A Montadora de veículos, também com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Passo a dosar as penas do réu **BENEDITO RODRIGUES DE OLIVEIRA**.

Quanto à culpabilidade, trata-se de pessoa bem relacionada, com trânsito entre personalidades da vida política, que se valeu do prestígio do seu círculo social para a prática dos crimes, de modo que a culpabilidade deve ser considerada em seu desfavor.

Os antecedentes, conduta social e personalidade do réu se me afiguram razoáveis, tendo em conta a ausência de prova em sentido contrário.

Os motivos e circunstâncias da conduta criminosa são inerentes ao tipo.

As consequências do delito devem ser valoradas negativamente, pois em razão das falsidades transferiu-se ilegalmente vultosa quantia.

O comportamento da vítima, no caso, o Estado, não deve influenciar na fixação da pena base.

Considerada a pena mínima de 1 ano de reclusão e máxima de 3 anos, por se tratar de documento particular (artigo 299 do Código Penal), e à luz das duas circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena-base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.

Passo à segunda fase da dosimetria.

Em razão do concurso de pessoas, incide a agravante prevista no artigo 62, inciso I, do Código Penal, porquanto o réu Benedito de Oliveira dirigiu a atividade dos demais agentes (Victor Nicolato e empresários) envolvidos nas falsidades.

Ante a celebração de acordo de colaboração premiada pelo réu, deixo de aplicar a atenuante da confissão, que será valorada na terceira fase quando da diminuição da pena (REsp 1852049/RN, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2020, DJe 23/10/2020).

Concorrendo uma circunstância agravante, aumento a pena-base em 1/6, fixando a pena provisória em 01 (um) ano e 09 (nove) meses de reclusão.

Passo à terceira fase da dosimetria.

Considerando que o agente, nos termos do artigo 71 do Código Penal, praticou, mediante mais de uma ação, três crimes de falsidade (referentes às notas fiscais da Gráfica Cristiane, da Bridge e da BRO) em circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução semelhantes, os demais devem ser considerados como continuidade do primeiro, e a pena provisória deve ser aumentada em 1/5 (STF, HC 83.632/RJ; STJ, HC 258328/ES). Fixo-a pois em 02 (dois) anos, 01 (um) mês e 06 (seis) dias de reclusão.

Não obstante o réu tenha celebrado acordo de colaboração premiada, apenas confessou sua participação nos delitos e mencionou as empresas envolvidas nas falsidades, razão pela qual reduzo a pena em 1/5, nos termos do artigo 4º da Lei n. 12.850/2013, fixando-a em 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 04 (quatro) dias de reclusão, a qual torno definitiva.

*In casu*, fixo a pena de multa em 10 dias-multa, no valor de 01 (um) salário-mínimo cada (artigo 49 do Código-Penal), patamar mínimo legal, consoante estipulado no acordo de colaboração premiada.

Com fundamento no artigo 33, §2º, alínea 'c', do Código Penal, o condenado deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade definitiva dosada em regime aberto.

O réu Benedito preenche todos os requisitos do artigo 44 do Código Penal, visto que tem bons antecedentes e recebeu pena inferior a quatro anos, por crime cometido sem violência.

As circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal lhes são, em parte, favoráveis e indicam que a pena restritiva de direito é suficiente para reprimir a conduta criminosa.

Na hipótese em tela, cabível a substituição da pena privativa de liberdade (artigo 44 e incisos do Código Penal) por duas penas restritivas de direito, porquanto a condenação é superior a um ano e a pena atribuída ao tipo já prevê a aplicação de multa (artigo 44, §2º, do Código Penal).

Desta forma, SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE imposta por prestação de serviços à comunidade (artigo 43, inciso IV, do Código Penal), na forma do artigo 46 e parágrafos; e prestação pecuniária (artigo 43, I, do Código Penal), por entender serem as mais adequadas e socialmente recomendáveis no caso concreto, nos seguintes termos:

Durante 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 04 (quatro) dias, o réu Benedito deverá prestar serviços à comunidade (artigo 43, IV, do Código Penal), à razão de 01 (uma) hora por dia de condenação (artigo 46, § 3º, do Código Penal). A entidade beneficiada será definida na execução penal.

Diante da culpabilidade e extensão do dano, o réu deverá pagar prestação pecuniária (artigo 43, I, do CP), fixada em 05 (cinco) salários-mínimos por mês de condenação, segundo o valor do salário mínimo vigente na data da publicação desta sentença, a ser quitada em 10 (dez) dias, contados da audiência admonitória, ou mensalmente, conforme restar definido nesta. A entidade beneficiada será definida na execução penal.

Passo a dosar as penas do réu **VICTOR NICOLATO**.

A culpabilidade do réu foi a esperada na espécie.

Seus antecedentes, sua conduta social e sua personalidade se me afiguram razoáveis, tendo em conta a ausência de prova em sentido contrário.

Os motivos e circunstâncias da conduta criminosa são inerentes ao tipo.

As consequências do delito devem ser valoradas negativamente, pois em razão das falsidades foi possível a transferência de vultosa quantia financeira.

O comportamento da vítima, no caso, o Estado, não deve influenciar na fixação da pena base.

Considerada a pena mínima de 1 ano de reclusão e máxima de 3 anos, por se tratar de documento particular (artigo 299 do Código Penal), e à luz das duas circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena-base em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão.

Passo à segunda fase da dosimetria.

Não concorrem circunstâncias agravantes.

Não sendo a participação de menor importância, deixo de aplicar a atenuante de pena prevista no artigo 29, §1º, do Código Penal.

Ante a celebração de acordo de colaboração premiada pelo réu, deixo de aplicar a atenuante da confissão, que será valorada na terceira fase quando da diminuição da pena (REsp 1852049/RN, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2020, DJe 23/10/2020).

Pena provisória mantida em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão.

Passo à terceira fase da dosimetria.

Não há falar-se em concurso de crimes, pois a conduta apurada refere-se tão somente à nota fiscal emitida pela Gráfica Cristiane.

Não obstante o réu tenha celebrado acordo de colaboração premiada, apenas confessou sua participação no delito e indicou

o responsável pela Gráfica Cristiane, razão pela qual reduzo a pena em 1/5, nos termos do artigo 4º da Lei n. 12.850/2013, fixando-a em 01 (um) ano de reclusão, a qual torno definitiva.

In casu, fixo a pena de multa em 10 dias-multa, no valor de 1 salário-mínimo cada (artigo 49 do Código-Penal).

Com fundamento no artigo 33, §2º, alínea 'c', do Código Penal, o condenado deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade definitiva dosada em regime aberto.

O réu preenche todos os requisitos do artigo 44 do Código Penal, visto que tem bons antecedentes e recebeu pena inferior a quatro anos, por crime cometido sem violência.

As circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal lhes são, em parte, favoráveis e indicam que a pena restritiva de direito é suficiente para reprimir a conduta criminosa.

Na hipótese em tela, cabível a substituição da pena privativa de liberdade (artigo 44 e incisos do Código Penal) por uma restritiva de direito, porquanto a condenação não é superior a um ano e a pena atribuída ao tipo já prevê a aplicação de multa (artigo 44, §2º, do Código Penal).

Desta forma, SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE imposta por prestação de serviços à comunidade (artigo 43, inciso IV, do Código Penal), na forma do artigo 46 e parágrafos, por entender ser a mais adequada e socialmente recomendável no caso concreto, nos seguintes termos:

Durante 01 (um) ano, o réu Victor deverá prestar serviços à comunidade (artigo 43, IV, do Código Penal), à razão de 01 (uma) hora por dia de condenação (artigo 46, § 3º, do Código Penal). A entidade beneficiada será definida na execução penal.

O desatendimento das penas restritivas de direito pelos condenados determinará o restabelecimento da pena privativa de liberdade (artigo 44, parágrafo 4º, do Código Penal).

Devido à substituição da pena privativa de liberdade pelas restritivas de direito, deixo de examinar o cabimento de *sursis* da pena.

Condeno os réus ao pagamento das custas processuais, proporcionalmente, na forma da lei.

Transitada em julgado esta sentença, lance-se o nome dos réus Benedito e Victor no rol dos culpados, oficiando-se às Zonas Eleitorais de domicílio dos indigitados réus para os fins do artigo 15, inciso III, da Constituição Federal e ao Instituto de Identificação.

Expeçam-se guias de execução e, por fim, intimem-se os réus a pagar as custas e a multa, no prazo de dez dias, sob pena de execução.

Publicar. Registrar. Intimar. Cumprir.

Juiz Michel Curi e Silva

32ª Zona Eleitoral e Vara Criminal Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais